



I Congresso do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UEL

30 e 31 de agosto de 2018

PSICOLOGIA, TERRITORIALIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Marília Kasprovicz e Alexandre Bonetti Lima:

marilia.kaspro@gmail.com

bonetti@uel.br

Universidade Estadual de Londrina

Resumo

Há um grande contingente de profissionais de Psicologia inseridos na política de Assistência Social, em seus vários âmbitos e equipamentos, mas ainda é relatado por muitos um despreparo para atuar nessa área. Esse trabalho visa então discorrer sobre uma diretriz da política, a Territorialização, e a relação possível com a Psicologia, por meio da literatura existente na área. Foi possível verificar que a ação do Psicólogo no território é possível, sendo necessário a mudança dos padrões tradicionais de atendimento para um modo ampliado, que considere as características e atravessamentos de cada local. Além da necessidade do preparo ético-político dos profissionais que atuam ou irão atuar nessa área.

Palavras-chave: Assistência Social; Atuação do Psicólogo; Territorialização.

Introdução

A Psicologia se adentrou na Assistência Social muito antes da política atual se estabelecer, e teve um papel importante na constituição do que vemos atualmente (Reis, Giugliani & Pasino, 2016). Atualmente, podemos perceber uma grande quantidade de Psicólogos que estão inserido nessa área, por serem colocados como necessários nas equipes mínimas dos serviços. Apesar disso, pode-se verificar que os profissionais que adentram nessa área muitas vezes não tiveram uma formação que os orientasse como é a atuação nesse local (Senra & Guzzo, 2012). Desse modo, ainda é possível perceber que em diversos locais ainda são realizadas práticas mais tradicionais, como a psicoterapia, no local das práticas articuladoras e com o foco na comunidade como são preconizados pela política (Reis, Giugliani & Pasino, 2016). Torna-se, então, importante discutir os princípios e diretrizes das normativas em questão, de modo a produzir cada vez mais conhecimento que ampare a área. Uma dessas diretrizes, que será o foco neste ensaio, é a territorialização.



I Congresso do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UEL

30 e 31 de agosto de 2018

A noção de território, como local em constante transformação, que faz parte da construção da subjetividade dos sujeitos, é central para a Política de Assistência Social, e demanda aos(as) psicólogos(as) irem além da configuração da clínica tradicional. Para Koga (2015), essa perspectiva territorial é um desafio para as políticas públicas em geral, que ainda mantêm a lógica institucional tradicional, de segmentação dos diferentes setores e serviços.

Assim, há de se perguntar como que a Psicologia pode ir de encontro com essa diretriz, e contribuir para a articulação, a intersectorialidade e o trabalho efetivo com a população no âmbito do território.

Procedimentos metodológicos

O ensaio aqui apresentado foi realizado por meio da leitura de artigos e livros encontrados sobre o tema, que versavam sobre as possibilidades de atuação do psicólogo relacionado com o território, quando dito especificamente sobre a articulação entre Psicologia e Assistência Social.

Resultados e Discussão

Na literatura, a discussão sobre o trabalho no território se coloca principalmente quando o assunto é a Proteção Social Básica, que tem por referência o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A razão disso é que o CRAS é considerado o equipamento mais próximo da população, que trabalha com as potencialidades em uma perspectiva principalmente preventiva, buscando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. O trabalho do Psicólogo com o foco preventivo, de construção de potencialidades, tem uma grande possibilidade de articulação com o território, pois é nele que se constroem e se articulam as identidades, os significados, e a vida da população como um todo. (CREPOP, 2007).

A perspectiva da clínica ampliada é colocada por alguns autores como uma possibilidade de atuação. Segundo Reis, Giugliani e Pasino (2016), esta é uma ferramenta para romper com os modelos tradicionais da Psicologia construídos sobre apenas o indivíduo, e possibilitando um cuidado ampliado, no cotidiano das populações. Nesta perspectiva, o CRAS é um local propício para essas



I Congresso do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UEL

30 e 31 de agosto de 2018

intervenções, exatamente por sua proximidade com as populações e as situações de vulnerabilidade.

Mas para além da Proteção Social Básica, a territorialização também é referente à Proteção Social Especial de Média Complexidade. Esta, que tem por equipamento principal o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, trabalha com os vínculos já fragilizados, com pessoas e famílias que tiveram seus direitos violados ou foram violentados (PNAS, 2005). Pela natureza do trabalho realizado, e pela possibilidade e necessidade, muitas vezes, de se voltar ao indivíduo, neste serviço se corre o risco de acabar por intervenções individualizantes, como atendimentos psicoterápicos individuais. Mas neste local também é possível e necessário o olhar para o território, pois é neste que ocorrem as violações, mas que também existem diversas possibilidades de proteção e melhora das condições de vida dos usuários dos serviços (CREPOP, 2013).

Entretanto, é necessário que haja reflexão constante e visão crítica do profissional para com as práticas que são realizadas. Ao mesmo tempo que a atuação e intervenção com base no território podem ser transformadoras, também podem estar sendo realizadas com intenção normalizadora. Isso é colocado por Hillesheim e Cruz (2016) principalmente em relação a busca ativa, e o foco nas condicionalidades exigidas pela política. Ou seja, ao mesmo tempo em que há o potencial de construção de autonomia, também pode ser utilizado de forma a controlar as populações, exigindo encaixe a um padrão preestabelecido para que possa se tornar visível a algumas ações.

Considerando isso, o preparo do psicólogo deve ser principalmente ético-político. Segundo Cordeiro e Curado (2017), as orientações disponíveis são mais voltadas para a reflexão do que para a técnica, e não deveriam ser diferentes. Com orientações muito técnicas se corre o risco de engessar o serviço, pois este é orientado segundo as demandas da população e do território que atende, e também desconsideraria a capacidade das equipes envolvidas nele de construir e reinventar suas práticas.

Conclusões



I Congresso do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UEL

30 e 31 de agosto de 2018

Considerando o apresentado, conclui-se que o trabalho no território é possível e importante para a melhor compreensão sobre a população atendida. É mister que os Psicólogos conheçam as diretrizes e os princípios do serviço, para que possam realizar um trabalho voltado para a promoção da cidadania e autonomia, em uma política que possui uma característica de articulação muito presente. Por fim, é preciso repensar a formação política do Psicólogo. Por muito tempo a atuação operou sob uma lógica individualista e com pretensões a neutralidade, colocando o social apenas como complemento. Esse tipo de atuação não faz sentido em um local que tem a atuação permeada por um ideário ético-político de defesa aos direitos da população, e por isso é necessário o desprendimento das ideias da clínica psicológica tradicionalista.

Referências

- Cordeiro, M.P. & Curado, J.C. (2017). Psicologia na Assistência Social: um campo em formação. *Psicologia & Sociedade*, 29, p. 1 - 11. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i169210>
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP (2007). Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS. Brasília: CFP.
- _____ (2013). Referências técnicas para a prática de psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS. Brasília: CFP.
- Hillesheim, B. & Cruz, L. R. (2016). Do Território às Políticas Públicas: governo, práticas psicológicas e busca ativa no CRAS. In: Cruz, L. R. & Guareschi, N. M. F. (Org.). *O Psicólogo e as Políticas Públicas de Assistência Social*. (Edição digital). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Koga, D. (2015). Territórios de vivência em um país continental. *Serviço Social & Saúde*, 14(1), p. 9 – 26, doi: <https://doi.org/10.20396/sss.v14i1.8638899>.
- Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2005). Brasília: MDS.
- Reis, C. dos; Giugliani, S.; Pasino, V.L. Conversando sobre a Psicologia e o SUAS: potencialidades e desafios para a atuação profissional dos Psicólogos na Política de Assistência Social. In: Cruz, L. R. & Guareschi, N. M. F. (Org.). *O Psicólogo e as Políticas Públicas de Assistência Social*. (Edição digital). Petrópolis, RJ: Vozes.



I Congresso do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UEL 30 e 31 de agosto de 2018

Senra, C. M. G.; Guzzo, R. S. L (2012). Assistência Social e Psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), p. 293 – 299, doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000200006>